



**MINISTÉRIO DA IGUALDADE RACIAL – MIR**  
**CONSELHO NACIONAL DE PROMOÇÃO DA IGUALDADE RACIAL – CNPIR**

**ATA DA 1<sup>a</sup> REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA VIRTUAL DE 26 DE FEVEREIRO DE 2024**

1 No dia vinte e seis de fevereiro de dois mil e vinte e quatro, na plataforma *Microsoft Teams* por  
2 videoconferência, foi realizada a 1<sup>a</sup> Reunião Extraordinária do Conselho Nacional de Promoção da  
3 Igualdade Racial - CNPIR. Estiveram presentes, pelo Poder Público, o Conselheiro Titular da Casa  
4 Civil da Presidência da República (CC/PR), **Marcos Fábio Cardoso De Faria**; a Conselheira  
5 Titular do Ministério das Cidades (MCidades), **Marilda Oliveira De Brio Cohen**; a Conselheira  
6 Titular do Ministério das Comunicações (MCom), **Ludymilla Cristinne Dos Santos Chagas**, a  
7 Conselheira Titular do Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à  
8 Fome (MDS), **Ana Carolina Souza Ferreira**; a Conselheira Titular do Ministério da Integração e  
9 do Desenvolvimento Regional (MIDR), **Daniela Luciana Da Silva**; o Conselheiro Titular do  
10 Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP), **Eduardo Gomor**; a Conselheira Titular do  
11 Ministério das Mulheres (MMulheres), **Vânia Viana Santos**; o Conselheiro Suplente do Ministério  
12 do Meio Ambiente e Mudança do Clima (MMA), **Jacobson Luiz Ribeiro Rodrigues**; a  
13 Conselheira Titular do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), **Anatalina Lourenço Da Silva**; o  
14 Conselheiro Titular da Secretaria-Geral da Presidência da República (SG/PR), **Ronald Luiz Dos  
15 Santos**. Estiveram presentes, pela Sociedade Civil, a Vice-Presidente e Conselheira Titular da  
16 União de Negras e Negros pela Igualdade (UNEGRO), **Marina Lais Duarte Da Silva**; o  
17 Conselheiro Titular da Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN), **Delton Aparecido  
18 Felipe**; o Conselheiro Titular da Associação dos Agentes de Pastoral Negros do Brasil (APNs),  
19 **Nuno Coelho De Alcantara Junior**; a Conselheira Titular da Casa de Cultura Ile Ase D'osoguiã  
20 (CCIAO), **Mãe Tuca D'Osoguiã**; a Conselheira Titular da Central Única dos Trabalhadores (CUT),  
21 **Maria Júlia Reis Nogueira**; a Conselheira Suplente da Central Única dos Trabalhadores (CUT),  
22 **Ana Cristina Dos Santos Duarte**; o Conselheiro Titular da Coalizão Negra Por Direitos (CND),  
23 **Airton Ferreira Da Silva**; o Conselheiro Titular do Coletivo de Entidades Negras da Bahia (CEN-

24 BA), **Antonio Ricardo Herculano Da Silva**; o Conselheiro Titular do Coletivo Nacional de  
25 Juventude Negra (ENEGRECER), **Lucas Ferreira Do Nascimento**; o Conselheiro Titular da  
26 Coordenação Nacional de Entidades Negras (CONEN), **Igor Correia Dos Prazeres**; a Conselheira  
27 Titular do Fórum Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Tradicionais de Matriz  
28 Africana (FONSANPOTMA), **Iyá Vera Beatriz Soares**; o Conselheiro Suplente do Fórum  
29 Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional dos Povos Tradicionais de Matriz Africana  
30 (FONSANPOTMA), **Cleyton Silva de Araújo**; a Conselheira Suplente do Grupo de Mulheres  
31 Negras Dandara no Cerrado, **Anna Maria Canavarro Benite**; a Conselheira Titular do Instituto  
32 Alma Preta Jornalismo, **Elaine Maria Da Silva De Toledo**; a Conselheira Titular do Movimento  
33 Negro Unificado (MNU), **Rosa Negra**; a Conselheira Suplente do Movimento Negro Unificado  
34 (MNU), **Karen Liliane Do Nascimento**; o Conselheiro Titular da Rede Amazônia Negra (RAN),  
35 **Paulo Axé**; o Conselheiro Suplente da Rede Amazônia Negra (RAN), **Ivo Gregório De Campos**;  
36 o Conselheiro Suplente da Rede Nacional de Religiões Afro-Brasileiras e Saúde - RENAFRO  
37 SAÚDE, **Olumide Betinho**. Esteve presente, como Notório-Saber o Conselheiro **Wanderson Flor**  
38 **do Nascimento**. Estiveram presentes as seguintes convidadas **Roberta Eugênio** (Secretária  
39 Executiva do MIR); **Layla Daniele Pedreira de Carvalho** (Diretora de Políticas Afirmativas da  
40 SEPAR/MIR); **Ana Míria dos Santos Carvalho Carinhanha** (Diretora de Ações Governamentais  
41 da SE/MIR), **Helen de Oliveira Martins e Gabriela Natasha Abreu** (Assistentes Administrativas  
42 da Assessora Especial da Ministra). Por fim, estavam igualmente presentes a equipe da Secretaria-  
43 Executiva do Conselho, composta pela Secretária-Executiva do Conselho, **Larissa da Cruz**  
44 **Santiago**; e a Assistente Administrativa do CNPIR, **Edna Gabrielle da Silva**. Dando início à  
45 reunião, o *quórum* foi verificado e a aprovação da Ata da 84<sup>a</sup> Reunião Ordinária do CNPIR foi  
46 adiada, uma vez que não foi encaminhada aos conselheiros. Ato seguinte, passou-se ao pedido de  
47 vistas do Conselheiro Paulo Axé sobre o requerimento da Rede Amazônia Negra, feito na reunião  
48 anterior. O Conselheiro Paulo Axé (RAN) falou sobre a significância da Rede Amazônia Negra, o  
49 histórico da política e a criação do GT de Políticas Afirmativas na Amazônia Legal. Discorreu  
50 acerca das dificuldades enfrentadas pela pasta, a falta de apoio do Ministério da Igualdade Racial -  
51 MIR com a Amazônia e o descaso com a Região Norte em geral, pedindo respostas para a  
52 Secretária Executiva do MIR, Roberta Eugênio. Questionou também o andamento do Comitê de  
53 Políticas Afirmativas na Amazônia Legal e reforçou que o papel da Rede Amazônia Negra é  
54 acompanhar e monitorar as políticas, assim como criticar, quando necessário. Dando início às  
55 inscrições, a Conselheira Daniela Luciana da Silva (MIDR) perguntou se é permitido pedir

56 explicações para uma pessoa que não está presente, uma vez que a Secretaria Executiva não pode  
57 responder pela Ministra Anielle Franco. Após, o Conselheiro Nuno Coelho de Alcantara Junior  
58 (APNs) pediu que a mesa recupere o requerimento cujas vistas foram solicitadas na reunião anterior  
59 para que sua aprovação seja deliberada. Em posse da palavra, o Conselheiro Igor Correia dos  
60 Prazeres (CONEN) acrescentou que a problemática não se restringe à região amazônica e  
61 concordou que tais questionamentos devem ser expostos no CNPIR. Pediu esclarecimentos sobre a  
62 ausência de agenda presencial do Conselho e falou que a Coordenação Nacional de Entidades  
63 Negras - CONEN também sofre com o descaso, lembrando que todas as políticas implementadas  
64 pelo MIR devem ser planejadas, avaliadas e monitoradas pelo Conselho. Endossou a solicitação do  
65 Conselheiro Nuno Coelho de Alcantara Junior e pediu a presença da Ministra Anielle Franco nas  
66 reuniões do CNPIR. Ato seguinte, a Secretaria Executiva do MIR, Sra. Roberta Eugênio, saudou a  
67 todos e concordou que o CNPIR é o local correto para debater as políticas do MIR. Afirmou que  
68 nenhuma entidade deixou de ser atendida pelo Ministério da Igualdade Racial e que a  
69 implementação do Comitê de Políticas Afirmativas na Amazônia Legal esbarrou em questões  
70 administrativas, já que o Decreto nº 9.191 determina que os Grupos de Trabalho interministeriais  
71 devem ser instituídos por decretos, o que demanda uma tramitação demorada. Falou que uma  
72 mudança do Decreto foi articulada e que os trabalhos do Comitê terão início em breve, assim como  
73 outros colegiados que dependem de debates interministeriais. Se colocou à disposição para  
74 participar das reuniões do CNPIR e para conversar com todos os movimentos envolvidos. Sugeriu  
75 que os conselheiros se apoderassem do relatório geral de atividades do MIR, pedindo que as  
76 discussões partam dele, e citou os editais que estão sendo lançados pelo Ministério diante das  
77 agendas de proteção ao meio ambiente, enfrentamento ao racismo ambiental e fortalecimento das  
78 organizações da sociedade civil que atuam dentro dessas agendas. Ato seguinte, o Conselheiro  
79 Ronald Luiz dos Santos (SG/PR) discorreu sobre a construção dos Diálogos Amazônicos pelo  
80 Fórum Interconselhos, destacando que o MIR não foi consultado sobre a programação inicial da  
81 pasta, isentando-o de erros, e pediu compreensão sobre o processo de consolidação do sistema de  
82 participação social, que está sendo articulado. Perguntou sobre a indicação da Ministra Anielle  
83 Franco como Presidente do CNPIR e elogio a participação e o trabalho da Sra. Roberta Eugênio.  
84 Em resposta, o Conselheiro Igor Correia dos Prazeres (CONEN) enalteceu o compromisso da  
85 equipe do MIR com o CNPIR, mas pediu diálogo para construções coletivas das políticas.  
86 Reafirmou que não deseja deslegitimar as participações nas reuniões, porém insistiu na necessidade  
87 da presença da Ministra. Então, a Sra. Roberta Eugênio (SE/MIR) questionou como foram feitas as

88 solicitações de agenda com a Ministra. A seguir, o Conselheiro Paulo Axé (RAN) reforçou a  
89 importância da pauta da Política Afirmativa da Amazônia Legal, solicitando uma reunião presencial  
90 com a Ministra Anielle Franco, e afirmou que já buscou informações a respeito, sem sucesso.  
91 Acrescentou que processos administrativos devem ter transparência e ser democráticos e disse que o  
92 relatório supracitado não menciona nenhuma ação voltada para a Amazônia. Em seguida, a  
93 Secretaria Executiva do CNPIR, Larissa da Cruz Santiago, informou que a presença da Ministra na  
94 reunião foi requerida, porém que o prazo foi curto para viabilizar a participação. Após, a Vice-  
95 Presidente e Conselheira Marina Lais Duarte da Silva (UNEGRO) fez a leitura dos requerimentos  
96 da Rede Amazônia Negra, a saber: Requerimento de 06/12/2023 – “*A Rede Amazônia Negra, por  
97 meio do senhor Pedro Paulo da Cunha Carvalho, Paulo Axé, Conselheiro Titular da pasta do  
referido do Conselho, vem por meio deste solicitar que seja inserido na pauta da próxima reunião  
99 do CNPIR os seguintes assuntos: 1º - Visibilidade institucional do movimento negro na Amazônia  
100 nos estados do Amazonas e do Amapá; 2º - Constituição do Comitê para Implementação do Plano  
101 de Amazônia Legal por parte do MIR.*” e Requerimento de 21/02/2024 – “*A Rede Amazônia Negra,  
102 por meio do Senhor Pedro Paulo da Cunha Carvalho, Paulo Axé, e do Senhor Igor Corrêa dos  
103 Prazeres, da CONEN, ambos Conselheiros Titulados do referido do Conselho, vem por meio deste  
104 solicitar que seja inserido a pauta da primeira reunião extraordinária do dia 26/02/2024, a  
105 seguinte pauta: aprovação ou não por parte do Pleno para que a Secretaria Executiva ou a própria  
106 Ministra do MIR venha expor no Pleno como está o andamento da criação do Comitê da Amazônia  
107 Legal.*” Após, Roberta Eugênio (SE/MIR) explicou que o Comitê de Políticas Afirmativas na  
108 Amazônia Legal de fato não consta no relatório do MIR, uma vez que ainda não foi lançado, e que  
109 nunca declarou o contrário. Antes de ter início a votação dos requerimentos, o Conselheiro Nuno  
110 Coelho de Alcantara Junior (APNs) perguntou se a solicitação é para constituição de um Comitê  
111 interno no MIR ou do Comitê Interministerial, reforçando que não são necessários dois comitês  
112 para tratar da mesma pauta. Em resposta, o Conselheiro Paulo Axé (RAN) informou que será  
113 votado o requerimento de fevereiro de 2024. Ainda, o Conselheiro Nuno Coelho de Alcantara  
114 Junior (APNs) afirmou que o debate estava sendo feito com base no pedido de vistas feito em cima  
115 do requerimento de dezembro de 2023, uma vez que o Conselho tomou ciência do segundo  
116 requerimento apenas na presente reunião. Sobre isto, a Vice-Presidente e Conselheira Marina Lais  
117 Duarte da Silva (UNEGRO) esclareceu que o houve um pedido de vistas para o primeiro  
118 requerimento na reunião anterior e que o segundo sequer entrou na pauta. Após, Roberta Eugênio  
119 (SE/MIR) destacou que em nenhum dos requerimentos houve a solicitação de reunião presencial ou

120 do comparecimento da Ministra Anielle Franco, pedindo esclarecimentos, ao que a Secretária  
121 Executiva do CNPIR, Larissa da Cruz Santiago, lembrou que ambas as demandas devem ser  
122 sanadas na reunião de março. Com a palavra, o Conselheiro Elizeu Soares Lopes (MJSP) disse que  
123 não entendeu qual seria a objeção à presença da Ministra e que a intervenção, pela sua opinião, é  
124 política. Então, a Vice-Presidente e Conselheira Marina Lais Duarte da Silva (UNEGRO)  
125 encaminhou a votação do requerimento enviado em 06/12/2023 de que a demanda seja incluída na  
126 pauta da próxima reunião, o que foi aprovado com 20 votos favoráveis. Em seguida, passou-se ao  
127 próximo item de pauta: os informes sobre o GT emergencial para definição de temas e subtemas da  
128 5ª Conferência Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CONAPIR e seus aspectos gerais. A  
129 Vice-Presidente e Conselheira Marina Lais Duarte da Silva (UNEGRO) anunciou que, desde a sua  
130 instituição na reunião anterior, o GT realizou três reuniões e apresentará seus resultados ao CNPIR.  
131 Com a palavra, o Conselheiro Airton Ferreira da Silva (Coalizão Negra por Direitos), como  
132 Coordenador do GT, listou os participantes do GT, que são Rosa Negra (MNU); Lucas Ferreira  
133 (ENEGRECER), Deuzília Pereira (Grupo de Mulheres Negras Dandara no Cerrado), Luís Alberto  
134 (RENAFRO SAÚDE), Marcos Fábio (CC/PR) e Daniela Luciana (MIDR), e relatou que os  
135 conselheiros e organizações foram provocados a propor temas, sendo que todas as proposições  
136 foram incluídas no processo de organização dos eixos. Sobre o tema da Conferência, apresentou  
137 “Igualdade Racial e Democracia: Reparação e Justiça para Desenvolvimento Sustentável”. Falou  
138 que não foram definidos quantos eixos temáticos serão incluídos na CONAPIR, mas que  
139 apresentará os 12 criados até o presente momento, dada a sua importância, a saber: Eixo Temático  
140 1. Democracia inacabada e sub-representatividade da política negra; Subeixo I: Parlamento negro  
141 brasileiro; Subeixo II: Sub-representação política e eleitoral negra; Subeixo III: Advocacy em  
142 relações raciais; Subeixo 4: Cotas eleitorais e fraudes nas eleições brasileiras. Eixo Temático 2:  
143 Reformulação, incentivo à adesão e divulgação do Sistema Nacional de Promoção da Igualdade  
144 Racial – SINAPIR; Subeixo I: Avaliação dos objetivos atingidos pelo SINAPIR com fundamento  
145 nos instrumentos gerenciais; Subeixo II: Avaliação das estruturas governamentais e dos  
146 mecanismos de participação social no âmbito do SINAPIR; Subeixo III: Aperfeiçoamento dos  
147 requisitos de adesão, as competências e as responsabilidades dos entes federados no âmbito do  
148 sistema e o incentivo à participação e adesão ao SINAPIR. Eixo Temático 3: Retomada e  
149 atualização do Plano Nacional de Promoção da Igualdade Racial – PLANAPIR; Subeixo I:  
150 Estruturação das instâncias responsáveis pela articulação, monitoramento e avaliação dos objetivos  
151 atingidos pelo governo; Subeixo II: Avaliação das políticas públicas afirmativas adotadas pelos

152 entes da federação desde a última CONAPIR e suas contribuições para atingir os objetivos/eixos do  
153 PLANAPIR; Subeixo III: Retomada pelo PLANAPIR com fundamento nos objetivos de  
154 desenvolvimento sustentável, no PPA e na sociedade brasileira atual com o devido marco legal.  
155 Eixo Temático 4: Democracia, agentes públicos e espaço de poder; Subeixo I: Agendas raciais e  
156 participação na esfera municipal; Subeixo II: Agendas raciais e participação na esfera estadual;  
157 Subeixo III: Agendas raciais e participação na esfera federal. Subeixo IV: Agendas raciais e  
158 participação no âmbito do poder judicial. Eixo Temático 5: Nossos passos vêm de longe: política de  
159 ações afirmativas; Subeixo I: Saúde da população negra, quilombola, indígena, cigana e de terreiro;  
160 Subeixo II: Avanço e perspectiva de políticas de cotas em todas as esferas; Subeixo III: Valorização  
161 do sentido histórico, cultura afro-brasileira, africana, quilombola, indígena e cigana na educação  
162 nacional; Subeixo IV: Povos e comunidades tradicionais, comunidades quilombola, povos de  
163 terreiro, comunidades indígenas e povos ciganos. Eixo temático 6: Enquanto houver racismo, não  
164 haverá democracia: Áreas intocadas. Subeixo I: Bem viver: mulheres negras, ciganas, indígenas e  
165 de axé; Subeixo II: Política de desenvolvimento econômico, de justiça econômica, de distribuição  
166 de renda, de tributação e de empregabilidade; Subeixo III: Economia solidária, cultura, povos e  
167 territórios; Subeixo IV: Regularização e sucessão fundiária e legal das comunidades tradicionais e  
168 de terreiro. Eixo Temático 7: Para vidas negras em plenitude e uma sociedade justa e democrática:  
169 princípios de dignidade; Subeixo I: Política nacional de cuidados e combate ao racismo; Subeixo II:  
170 Envelhecimento da população negra; Subeixo III: Infância e juventude: viver sem racismo. Subeixo  
171 IV: Reparação histórica e memória. Eixo Temático 8: Garantia da vida, da dignidade e do bem-  
172 viver: Políticas públicas para o enfrentamento da juventude negra brasileira; Subeixo I: Governança  
173 social e articulação interfederativa no plano da juventude negra, participação social e pacto  
174 interfederativo para a construção das políticas multissetoriais; Subeixo II: Juventude negra,  
175 LGBTQIAPN+, perspectiva e desafio no combate à LGBTfobia; Subeixo III: Segurança pública e  
176 acesso à justiça: Apontamentos para o enfrentamento da violência letal e do encarceramento em  
177 massa da juventude negra; Subeixo IV: Juventude negra no campo, na floresta, nos terreiros, nas  
178 águas: modo de vida, território e desenvolvimento sustentável; Subeixo V: Juventude, povos e  
179 comunidades tradicionais: transmissão de saberes e a luta contra a violência nesses territórios. Eixo  
180 Temático 9: Cooperação Amefricana: diálogo do Brasil com os países africanos, latino-americanos  
181 e caribenhos para a promoção da igualdade racial; Subeixo I: Justiça racial internacional e a  
182 construção de políticas públicas transatlânticas de combate ao racismo; Subeixo II: Acordos e  
183 tratados internacionais e a promoção da igualdade racial: desafios e possibilidades; Subeixo III:

184 Tecnologia social e ancestralidade: Améfrica Latina; Subeixo IV: Ciência e tecnologia para o  
185 desenvolvimento social: cooperação Brasil-África. Eixo Temático 10: Etnodesenvolvimento,  
186 economia solidária e desenvolvimento sustentável; Subeixo I: Política e promoção  
187 etnodesenvolvimento; Subeixo II: Educação, cultura e etnodesenvolvimento; Subeixo III:  
188 Etnodesenvolvimento e economia criativa para o desenvolvimento sustentável; Subeixo IV:  
189 Comunidade indígena, quilombola de terreiro como exemplo de prática sustentável de cuidado com  
190 a natureza. Eixo Temático 11: Brasil sem racismo: as políticas transversais antirracistas e as  
191 políticas de enfrentamento ao crime raciais e à impunidade; Subeixo I: Os mecanismos nacionais  
192 estaduais e municipais de combate ao racismo e as políticas de enfrentamento do centro de  
193 referência ao Disque 138; Subeixo II: Combate ao trabalho análogo à escravidão; Subeixo III:  
194 Combate ao racismo ambiental; Subeixo IV: Combate ao racismo religioso. Eixo Temático 12:  
195 Política de ações afirmativas na educação e no trabalho; Subeixo I: Ensino superior: a  
196 implementação da lei de cotas nas universidades e institutos federais e na institucionalização das  
197 ações afirmativas na pós-graduação; Subeixo II: Trabalho formal, informal, empreendedorismo,  
198 caminho para a superação da desigualdade; Subeixo III: Fortalecimento dos Núcleos de Estudo  
199 Afro-Brasileiro - Neabs das universidades públicas e instituições federais e ensino técnico de nível  
200 médio. Seguindo para o debate, a Conselheira Mãe Tuca (CCIAO) pediu que a FLACSO participe  
201 dos diálogos sobre a CONAPIR, dada a parceria estabelecida em 2022 para que desenvolva o  
202 conceito visual do evento. Discorreu acerca do diagnóstico e da metodologia da Conferência e  
203 afirmou não haver tempo hábil para discutir todos os eixos na presente reunião, pedindo que todo o  
204 material seja encaminhado aos conselheiros. Em resposta, a Vice-Presidente Marina Lais Duarte da  
205 Silva (UNEGRO) afirmou que o material foi enviado. Ato seguinte, o Conselheiro Paulo Axé  
206 (RAN) delegou que o MIR deve abordar as questões administrativas da Conferência enquanto o  
207 Conselho trata dos temas, sugerindo a criação de uma Comissão para intermediar a comunicação  
208 entre ambos. Propôs um novo tema para a CONAPIR: “Igualdade Racial e Democracia: Reparação  
209 e Justiça para o Povo Negro”, dando destaque ao sujeito da Conferência, que é o povo negro. A  
210 seguir, o Conselheiro Marcos Fábio Cardoso de Faria (CC/PR) pontuou que o trabalho do GT  
211 emergencial consistiu em sistematizar os temas apresentados e pediu que a plenária leve em  
212 consideração o trabalho investido na proposta apresentada. Após, o Conselheiro Igor Correia dos  
213 Prazeres (CONEN) parabenizou o GT emergencial e propôs que o relatório seja acatado. Indicou,  
214 ainda, a necessidade de criação da Comissão Organizadora, que dará seguimento com as  
215 proposições do GT. A seguir, a Conselheira Rosiani Sanches (RAN) relatou que, em algumas

216 cidades, a Conferência Municipal já aconteceu ou está preste a acontecer e não pode ser adiada,  
217 questionando o que será feito nestes casos, uma vez que os temas e eixos foram distintos dos que  
218 serão acordados pela CNPIR. A Conselheira Daniela Luciana da Silva (MIDR) explicou que  
219 aqueles que já fizeram foram contra a legislação e acrescentou que a FLACSO orientou quanto ao  
220 cronograma do processo, que indica que as plenárias municipais e estaduais só devem ser acionadas  
221 após a definição do tema e dos eixos, mas concordou que é importante definir uma postura a ser  
222 tomada para aqueles que já realizaram suas Conferências, uma vez que se trata de uma decisão  
223 política. Em seguida, a Conselheira Maria Julia Reis Nogueira (CUT) concordou com a nova  
224 proposta de tema feita pelo Conselheiro Paulo Axé e insistiu que as reuniões virtuais são  
225 prejudiciais ao debate. Questionou se a previsão de realização da 5<sup>a</sup> CONAPIR continua sendo o  
226 mês de novembro, uma vez que nem sequer a Comissão Organizadora foi estabelecida. A seguir, o  
227 Conselheiro Nuno Coelho de Alcantara Junior (APNs) anuiu que o prazo está curto, o que  
228 justificaria um adiamento da etapa nacional, mas insistiu que as etapas municipais e estaduais  
229 precisam acontecer e ser organizadas. Pediu a aprovação do relatório do GT emergencial e a  
230 instalação da Coordenação Executiva da 5<sup>a</sup> CONAPIR, deixando o debate sobre as subcomissões  
231 para a reunião presencial. Com a palavra, a Vice-Presidente Marina Lais Duarte da Silva  
232 (UNEGRO) concordou com o Conselheiro Nuno Coelho de Alcantara Junior e sugeriu que fosse  
233 feita a proposição dos GTs e a aprovação do tema. O Conselheiro Paulo Axé (RAN) confirmou que  
234 o relatório do GT emergencial deve ser chancelado, por se tratar do corpo político, teórico e  
235 estruturante da Conferência, além de pedir urgência na aprovação do tema. Em seguida, o  
236 Conselheiro Marcos Fábio Cardoso de Faria (CC/PR) também concordou com a proposta do  
237 Conselheiro Nuno Coelho de Alcantara Junior e a Conselheira Rosa Negra, além de acatar a  
238 proposição, perguntou se acontecerão as conferências livres. Ato contínuo, a Conselheira Vânia  
239 Viana Santos (Ministério das Mulheres) disse entender a reclamação acerca das reuniões virtuais,  
240 mas lembrou a perseguição que o MIR sofre e a necessidade de vigiar os gastos. Concordou com a  
241 falas anteriores e disse que, na construção da Conferência, não será possível agradar a todos, mas  
242 que o ideal seria identificar onde o CNPIR pode contribuir mais e melhor diante da realidade  
243 apresentada. Após, Roberta Eugênio (SE/MIR) endossou que a Coordenação Executiva deve ser  
244 instaurada como local adequado para deliberações e compreensões dos desafios e oportunidades da  
245 5<sup>a</sup> CONAPIR. Informou que a semana do dia 20 de novembro já está reservada para realização do  
246 evento, caso o CNPIR assim aprove. A seguir, a Secretária Executiva do CNPIR, Larissa da Cruz  
247 Santiago, registrou que a Conselheira Edvalda Bispo dos Santos Viana (ANMC) não pode estar

248 presente e pediu que a nomenclatura “povos ciganos” apareça em todos os âmbitos da 5<sup>a</sup>  
249 CONAPIR. Ato seguinte, passou-se à votação dos temas, a saber: Tema 1 - “Igualdade Racial e  
250 Democracia: Reparação e Justiça para o Desenvolvimento Sustentável” ou Tema 2 – “Igualdade  
251 Racial e Democracia: Reparação e Justiça para o Povo Negro”, sendo que o tema 2 foi aprovado  
252 com 12 votos, contra 9 votos do tema 1, dado que os demais presentes se abstiveram de votar. A  
253 seguir, a Vice-Presidente Marina Lais Duarte da Silva (UNEGRO) afirmou que, devido ao horário  
254 avançado, não seria viável debater cada um dos eixos na presente reunião, portanto propôs iniciar o  
255 debate da formação da Coordenação Executiva e de quais serão as subcomissões. A Sra. Secretária  
256 Executiva do CNPIR, Larissa da Cruz Santiago, acrescentou que a Coordenação Executiva precisa  
257 ser baseada em um documento, que no momento seria o Regimento Interno ainda vigente, que  
258 define que seja composta por seis membros, três representantes do governo e três da sociedade civil.  
259 Ato seguinte, o Conselheiro Paulo Axé (RAN) sugeriu somar um eixo sobre a Amazônia Negra à  
260 Conferência, questionando se o momento era adequado à sua demanda. Já o Conselheiro Nuno  
261 Coelho de Alcantara Junior (APNs) insistiu na instalação imediata da Coordenação Executiva, que  
262 deve começar o processo das tratativas administrativas da CONAPIR, colocando-se à disposição, ao  
263 que os Conselheiros Antônio Ricardo Herculano da Silva (CEN) e Lucas Ferreira do Nascimento  
264 (ENEGRECER) concordaram. Após, a Conselheira Rosa Negra solicitou que a Coordenação  
265 Executiva tenha paridade de gênero. Dando continuidade à demanda, a Vice-Presidente Marina Lais  
266 Duarte da Silva (UNEGRO) lembrou que os candidatos para integrar a Coordenação Executiva  
267 devem levar em conta a disponibilidade de tempo e a experiência prévia. A seguir, o Conselheiro  
268 Igor Correia dos Prazeres (CONEN) pediu a presença de um representante do GT de Revisão dos  
269 Marcos Legais na Coordenação Executiva. Com a palavra, a Vice-Presidente Marina Lais Duarte da  
270 Silva (UNEGRO) informou que a Coordenação seria composta por: coordenação executiva,  
271 subcomissão de metodologia, subcomissão de comunicação e articulação, subcomissão de  
272 mobilização e subcomissão de logística, lembrando que as subcomissões serão discutidas  
273 novamente na próxima reunião presencial. Disponibilizou-se para a construção da Coordenação  
274 Executiva, assim como o Conselheiro Paulo Axé, o Conselheiro Lucas Ferreira do Nascimento e a  
275 Conselheira Maria Julia Reis Nogueira. A seguir, o Conselheiro Nuno Coelho de Alcantara Junior  
276 (APNs) questionou se os membros da Coordenação Executiva poderão compor também alguma  
277 subcomissão, ao que a Vice-Presidente Marina Lais Duarte da Silva (UNEGRO) afirmou não haver  
278 impeditivos e que, inclusive, os coordenadores das subcomissões devem ser convidados para  
279 participar de reuniões da Coordenação Executiva. Ato seguinte, também se colocaram à disposição

280 para participar da Coordenação Executiva a Conselheira Rosa Negra e a Conselheira Mãe Vera. A  
281 Secretaria Executiva do CNPIR, Larissa da Cruz Santiago, lembrou que deve haver paridade de  
282 representantes. O Conselheiro Marcos Fábio Cardoso de Faria (CC/PR) propôs que a votação fosse  
283 feita via formulário do Google, com resultado apresentado no dia seguinte, ao que a Vice-Presidente  
284 Marina Lais Duarte da Silva (UNEGRO) encaminhou que o resultado deveria ser publicado no  
285 mesmo dia. Após, a Conselheira Daniela Luciana da Silva (MIDR) questionou se, de acordo com o  
286 Regimento Interno, os representantes do governo iriam votar, uma vez que o texto diz que membros  
287 do Conselho podem votar. Já a Conselheira Ana Cristina dos Santos Duarte (UGT) pediu que o  
288 número fosse ampliado de três para cinco representantes do governo e da sociedade civil, ao que o  
289 Conselheiro Marcos Fábio Cardoso de Faria (CC/PR) lembrou que, caso o número de integrantes  
290 aumente, o quórum também aumenta, o que dificulta a execução das reuniões. Ato contínuo, o  
291 Conselheiro Igor Correia dos Prazeres (CONEN) também pediu que o número de membros seja  
292 ampliado pelo menos para quatro de cada. Por fim, a Vice-Presidente Marina Lais Duarte da Silva  
293 (UNEGRO) resumiu que todos os conselheiros votarão e encaminhou a votação para determinar o  
294 número de representantes, sendo que foi definido que a Coordenação Executiva da 5<sup>a</sup> CONAPIR  
295 seria composta por quatro representantes da sociedade civil e quatro do governo, com 17 votos a  
296 favor da proposta, 1 voto contrário e nenhuma abstenção. Após votação nos candidatos  
297 supracitados, foram eleitos representantes da sociedade civil: Conselheiro Nuno Coelho de  
298 Alcantara Junior, com 15 votos; Conselheiro Lucas Ferreira do Nascimento, com 14 votos;  
299 Conselheira Maria Julia Reis Nogueira, com 13 votos e Vice-Presidente Marina Lais Duarte da  
300 Silva, com 13 votos. Com a palavra, o Conselheiro Igor Correia dos Prazeres (CONEN) questionou  
301 se a representação do GT de Marcos Legais será votada, ao que a Sra. Secretaria Executiva Larissa  
302 da Cruz Santiago sugeriu que a questão seja dirimida na composição da Comissão Organizadora.  
303 Em resposta, o Conselheiro Igor Correia dos Prazeres (CONEN) registrou que os critérios deveriam  
304 ter sido votados de antemão e retirou sua proposta. Após, o Conselheiro Marcos Fábio Cardoso de  
305 Faria (CC/PR) perguntou como seriam as indicações dos representantes do governo e a Sra.  
306 Secretaria Executiva Larissa da Cruz Santiago explicou que seria por escolha da Presidência. O  
307 Conselheiro Igor Correia dos Prazeres (CONEN) criticou que os representantes do governo votaram  
308 nos representantes da sociedade civil enquanto o contrário não é permitido e pediu que a Vice-  
309 Presidente Marina Lais Duarte da Silva faça as indicações ainda na presente reunião. Já o  
310 Conselheiro Marcos Fábio Cardoso de Faria (CC/PR) lembrou que só houve votação devido ao  
311 número de candidatos, o que não aconteceu com o governo, cujo único que se disponibilizou foi ele

312 próprio. Com a palavra, a Vice-Presidente Marina Lais Duarte da Silva (UNEGRO) questionou se  
313 mais algum representante do governo estaria interessado, ao que a Conselheira Anatalina Lourenço  
314 da Silva (MTE) e a Conselheira Ludymilla Cristinne dos Santos Chagas (MCom) se  
315 disponibilizaram. Ato seguinte, a Conselheira Vânia Viana Santos (Ministério das Mulheres) falou  
316 que, não havendo outras indicações, estaria disposta a participar, registrando que sua agenda como  
317 Chefe de Gabinete é intensa e que possivelmente terá dificuldades para participar de todas as  
318 reuniões e acompanhar os trabalhos. Diante da opção de um representante da Secretaria-Geral da  
319 Presidência e na falta de seu representante, decidiu-se que seria feito o pedido de indicação à SG.  
320 Por fim, foram escolhidos representantes do governo na Coordenação Executiva da 5ª Conferência:  
321 Conselheira Anatalina Lourenço da Silva (MTE), Conselheira Ludymilla Cristinne dos Santos  
322 Chagas (MCom) e Conselheiro Marcos Fábio Cardoso de Faria (CC/PR), com a quarta vaga a ser  
323 definida entre a Conselheira Vânia Viana Santos e um representante da SG, prioritariamente.  
324 Seguindo para os informes, Sra. Larissa da Cruz Santiago anunciou que a próxima Reunião  
325 Ordinária seria de 25 a 28 de março, presencialmente, e descreveu a programação, a saber: 25/06 –  
326 Reunião Ordinária; 26/03 – Planejamento interno do Conselho e Reunião do GT de Marcos Legais;  
327 27/03 – Reflexão e Formação sobre o Conselho; 28/03 – 1ª Oficina da CONAPIR. Após, pediu que  
328 os Conselheiros se apropriem dos materiais enviados e que assinem prontamente os formulários de  
329 viagem para a reunião citada, o que depende do cadastro no site gov.br. Por fim, em nome da Sra.  
330 Layla Daniele Pedreira de Carvalho, Diretora de Políticas Afirmativas da SEPAR/MIR, informou  
331 sobre a Roda de Conversa sobre a Política Nacional de Cuidados, no dia 29 de fevereiro, das 10h às  
332 12h, virtualmente, ao que o Conselheiro Marcos Fábio Cardoso de Faria (CC/PR) afirmou que  
333 talvez a Casa Civil não participe devido indisponibilidade de agenda. Por fim, a Vice-Presidente  
334 Marina Lais Duarte da Silva (UNEGRO) fez a leitura do resumo dos debates da reunião. Então,  
335 agradeceu a participação e comprometimento de todos, encerrando a 1ª Reunião Extraordinária do  
336 Conselho Nacional de Promoção da Igualdade Racial – CNPIR.